

UNIVERSIDADE

Candidatos do Prouni podem se inscrever na lista de espera a partir desta terça-feira

Os estudantes que não foram selecionados nas duas primeiras chamadas do Programa Universidade para Todos (Prouni) podem se inscrever para a lista de espera no portal acessounico.mec.gov.br/prouni e disputar as bolsas ofertadas. O prazo para participar começa nesta terça-feira (27/09) e vai até quarta-feira (28/09).

A lista com os universitários pré-selecionados estará disponível para consulta na próxima segunda-feira, dia 3 de outubro. Os candidatos selecionados devem comprovar as informações declaradas na inscrição até o dia 7 de outubro.

Prouni

O Prouni é um programa do governo federal que tem como objetivo conceder bolsas de

estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior. As bolsas são ofertadas para cursos de graduação e sequenciais de formação específica e o público-alvo são estudantes sem diploma de nível superior.

Para se inscrever, é necessário que o estudante tenha realizado no mínimo uma das últimas edições do Exame Nacional (Enem) e tenha alcançado pelo menos 450 pontos de média nas notas das cinco provas do exame. O candidato não pode ter tirado zero na prova da redação nem ter realizado o exame como treineiro.

Gabriel Victor, de 24 anos, foi selecionado para o Prouni em 2019, para cursar análise e desenvolvimento de sistemas,

em Recife (PE). Ele concluiu o curso em 2021 e hoje trabalha na área. “Eu fiz meu curso com a bolsa do Prouni, a bolsa integral, 100%. E foi muito importante para mim essa bolsa, porque sem ela, eu não teria condições de pagar a faculdade. E também, eu não ia estar trabalhando no que eu estou trabalhando hoje”, explica.

O analista e desenvolvedor de sistemas afirma que, antes do Prouni, havia iniciado outro curso, mas por conta da distância e do horário não conseguiu se formar. Com o programa, ele conseguiu estudar perto de casa, foi capaz de se dedicar mais e concluir a formação no ensino superior.

Fonte: Brasil 61



DEFESA DO CONSUMIDOR

Anatel reduz telemarketing abusivo em 43,3%

É provável que praticamente todo brasileiro com número ativo já tenha recebido, pelo menos uma vez na vida, uma robocall - chamada de curta duração, com mensagem gravada ou nenhuma mensagem. Muita gente chega a atender até mais de cinco ligações como essas, por dia, o que compromete as atividades diárias. Algumas pessoas podem não saber que essa prática é abusiva, e tem sido combatida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Após medida cautelar expedida em junho deste ano, dados da Agência apontam redução de 43,38% no tráfego de chamadas curtas, na comparação entre a semana em que a resolução foi publicada (5 a 11 de junho) e a semana do dia 3 a 10 de setembro. Para se ter uma ideia, esse valor é equivalente a 13,8 bilhões de ligações ou a um mês de chamadas curtas no antigo cenário (considerando os 30 dias anteriores à medida cautelar, como base de comparação).

O conselheiro da Anatel, Emmanoel Campelo, explica que a medida vale para toda e qualquer chamada realizada pelos robôs com duração de até três segundos.

“São artifícios tecnológicos que realizam uma quantidade de chamadas muito superior à capacidade humana, e isso tem sido grande fonte de reclamação dos consumidores, porque eles recebem chamadas que, sequer, são conectadas a uma pessoa,” conta o conselheiro.

O secretário Nacional do Consumidor, Rodrigo Roca, explica que a prática abusi-

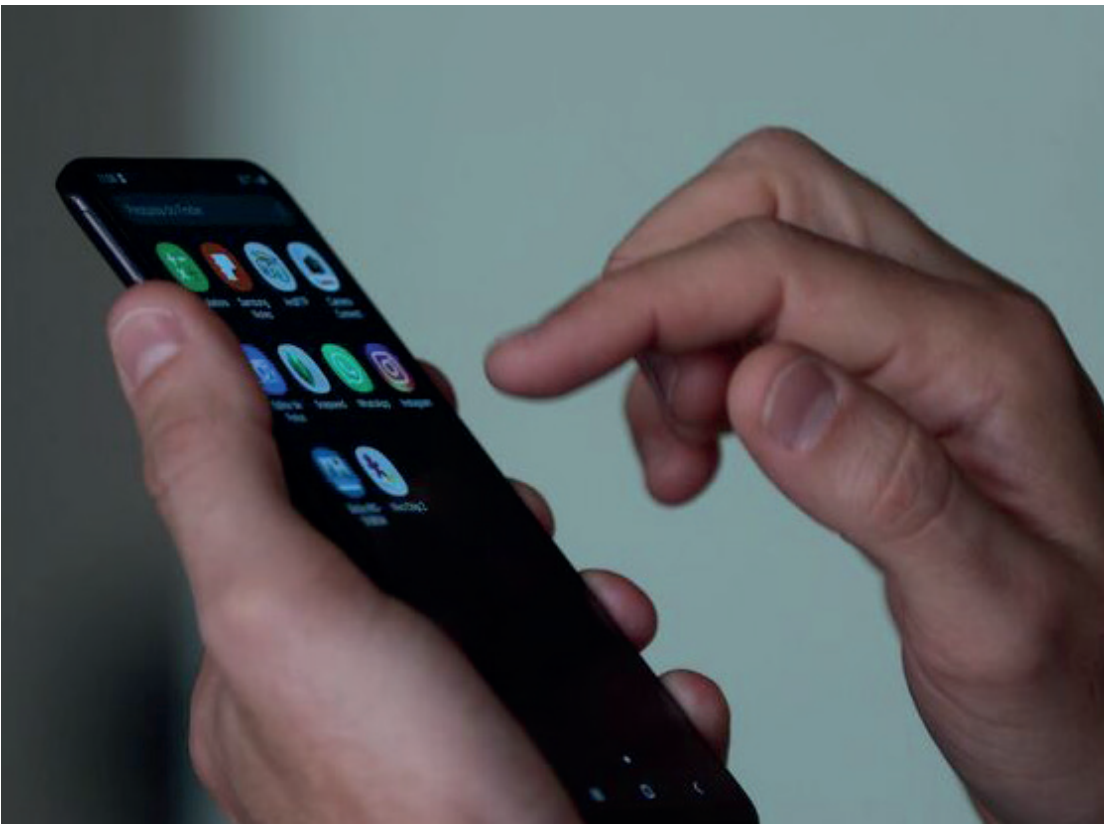
va não se atém às ligações de curta duração. “O que é o telemarketing abusivo? Aquele feito sem o consentimento do consumidor, basicamente isso. (...) A gente tem que entender que esses dados (de consumidores), na maioria das vezes, são traficados, é essa a palavra”, afirma Roca.

O bancário André Fernandes é um dos consumidores que se queixam do telemarketing abusivo. Ele explica que, apesar de ter percebido uma redução drástica na quantidade de ligações, a rotina de atividades ainda é prejudicada pelas chamadas fantasmas.

“Realmente as ligações diminuiriam. Às vezes, chegava a receber 6, 7 ligações seguidas, hoje é uma ou duas... O que mais chateia é que você atende e, poucos segundos depois, a chamada desliga, parece que só querem ouvir sua voz”, brinca o brasileiro de 35 anos.

Entre as principais determinações da medida cautelar que têm permitido esse avanço no combate ao telemarketing abusivo, está a identificação e bloqueio, por 15 dias, de usuários que geram cem mil ou mais chamadas de curta duração por dia. Esse bloqueio é realizado pelas próprias operadoras de telefonia, que também passaram a poder cobrar por essas chamadas, o que, antes da resolução, não era permitido.

“O bloqueio é a primeira medida que a empresa sofre quando ela passa a desobedecer a cautelar. No momento em que ela se torna reincidente, além do bloqueio, passa a responder a processo acionário, cuja mul-



ta pode chegar a 50 milhões de reais”, explica Emmanoel Campelo. Segundo o conselheiro, a ideia da Agência é ter um combate “duro, assertivo e eficiente” das robocalls de curta duração.

O secretário do consumidor, por sua vez, afirma que a Senacon tem agido contra todos os denunciados. “Nós estamos abrindo processos na Senacon contra todos eles, com as reclamações que nos permitem a identificação”, enfatiza Roca.

Prorrogação

Ainda que a rede de telecomunicação no Brasil esteja menos sobrecarregada e as operadoras estejam prestando um serviço melhor ao consumidor, o conselheiro da Anatel, Emmanoel Campelo, afirma que a Agência não está acomodada com as medidas

adotadas. De acordo com informações do Governo Federal, a cautelar em vigor está sendo prorrogada até 28 de outubro de 2022, nos mesmos termos, prazo em que “a Agência poderá concluir os estudos e debates técnicos a respeito do tema”.

“O incômodo do consumidor que, no mínimo, se reduziu pela metade, não significa que a Anatel está acomodada, muito pelo contrário. Vamos estudar novas medidas para que esses números fiquem ainda mais satisfatórios e o consumidor tenha ainda mais sossego”, garantiu Campelo.

Canais de reclamação

Tanto a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/Ministério da Justiça), como a Anatel possuem canais de reclamações aos consumidores,

não só sobre a questão das chamadas de curta duração, como de outras práticas abusivas de empresas de serviços de telemarketing. Emmanoel Campelo explica que a utilização dos canais é um braço forte para ajudar no trabalho da Agência.

“Nós encorajamos os consumidores a registrar as suas situações para que a Anatel possa fazer esse combate de forma mais direta, mais cirúrgica e mais eficiente”, afirma o conselheiro.

Ainda segundo Campelo, o mesmo vale para as ligações de cobrança. “No momento em que ela (empresa) passa a ligar insistentemente cobrando uma dívida que o consumidor já sabe que tem, já sabe que existe, e ela, mesmo assim, continua ligando para constranger o consumidor, essa é

uma prática abusiva”, pontua o conselheiro.

Vale destacar que, além da medida cautelar, desde junho as empresas de telemarketing que oferecem produtos e serviços devem, obrigatoriamente, utilizar o código 0303 em suas chamadas.

Para fazer reclamações, basta o consumidor acessar o site da Agência ou o canal da Senacon, identificando os dados necessários. “É importante que o consumidor forneça o seu CPF, forneça os dados que nos permitam identificar aquela pessoa que está praticando abusivamente do telemarketing”, reitera o secretário Rodrigo Roca.

Robocalls

A principal dúvida quando o assunto são chamadas de curta duração é, justamente, o motivo da realização de chamadas com menos de 3 segundos, sem nada a dizer. De acordo com informações do Governo Federal, as empresas de telemarketing realizam esse tipo de chamada com dois objetivos.

O primeiro é fazer uma prova de vida para avaliar se determinado número pertence a uma pessoa física, e analisar o perfil do consumidor como, por exemplo, em quais horários ele atende ou não ligações.

O segundo é manter agentes das centrais de atendimento ocupados, com um sistema de discagem que faz dezenas de ligações simultâneas. Assim, as ligações excedentes são desconectadas quando todos os agentes estão indisponíveis para atendimento.

Fonte: Brasil 61

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA

PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Agosto 2022/BIMESTRE Julho - Agosto

1 of 1

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RS1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos						Inscritos						
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2021	Pagos	Cancelados	Saldo	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2021	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k) = (f+g)-(h+i)		
02	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	16.800,00	1.313.353,62	1.327.753,62	2.400,00	0,00	14.677,64	1.370.140,03	898.924,60	880.292,64	5.495,01	499.050,02	499.050,02
0201	EXECUTIVO	16.800,00	1.313.353,62	1.327.753,62	2.400,00	0,00	14.677,64	1.370.140,03	898.924,60	880.292,64	5.495,01	499.050,02	499.050,02
0201	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	16.800,00	110.467,61	127.247,61	0,00	0,00	0,00	12.646,42	12.646,42	12.646,42	0,00	0,00	0,00
0202	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	20.277,13	19.877,13	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SERVIÇO DE FINANÇAS	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00
0204	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, RECREAÇÃO E L	0,00	941.431,73	941.431,73	0,00	0,00	14.677,64	1.071.879,63	606.139,01	587.507,25	0,00	499.050,02	499.050,02
0205	SERVIÇOS MUNICIPAIS	0,00	73.722,64	73.722,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0206	SERVIÇO DE SAÚDE E SANITAMENTO	0,00	123.264,08	130.364,08	2.000,00	0,00	0,00	274.861,63	209.366,62	209.366,62	5.495,01	0,00	0,00
0207	SERVIÇO DE OBRAS E VIAGAO	0,00	29.474,19	29.474,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0208	SETOR DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.647,35	1.647,35	1.647,35	0,00	0,00	0,00
0209	SETOR DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER	0,00	4.786,24	4.786,24	0,00	0,00	0,00	2.605,00	2.605,00	2.605,00	0,00	0,00	0,00
02	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	TOTAL (III) = (I + II)	16.800,00	1.313.353,62	1.327.753,62	2.400,00	0,00	14.677,64	1.370.140,03	898.924,60	880.292,64	5.495,01	499.050,02	499.050,02

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA

PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Agosto 2022/BIMESTRE Julho - Agosto

Page 1 of 5
RS Milhares

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO
1- RECEITA DE IMPOSTOS		2.754.000,00	2.138.366,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU		743.000,00	599.862,12
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI		701.000,00	354.708,49
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS		743.000,00	671.355,18
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF		565.000,00	532.832,77
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		29.450.000,00	22.895.142,87
2.1- Cota-Parte FPM		13.000.000,00	9.460.216,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B		12.000.000,00	8.914.079,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E		1.000.000,00	546.136,69
2.2- Cota-Parte ICMS		15.000.000,00	12.302.601,92
2.3- Cota-Parte IP-Estado		120.000,00	73.797,74
2.4- Cota-Parte ITR		130.000,00	3.282,23
2.5- Cota-Parte IPVA		1.200.000,00	1.055.244,45
2.6- Cota-Parte IOF-Ducos		0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)		32.204.000,00	25.033.906,43
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)		5.690.000,00	4.469.801,67
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + 25% DE (1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7)		2.361.000,00	1.788.675,29

FUNDEB					
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO		
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		4.112.000,00	4.112.000,00	2.838.468,93	
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		4.112.000,00	2.838.468,93		
6.1.1 - Principal		4.107.000,00	2.828.544,04		
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		5.000,00	9.924,89		
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0,00	0,00		
6.2.1 - Principal		0,00	0,00		
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00		
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0,00	0,00		
6.3.1 - Principal		0,00	0,00		
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00		
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)		-1.583.000,00	-1.641.257,63		
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT					0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR					0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS					0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)					2.838.468,93

PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Agosto 2022/BIMESTRE Julho - Agosto

Page 2 of 5
RS Milhares

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	2.138.468,93
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.168.000,00	2.805.282,14	2.805.282,14	2.707.716,68	0,00	4.168.000,00
10.1- Educação Infantil	1.460.000,00	931.936,96	931.936,96	822.081,00	0,00	1.460.000,00
10.1.1- Creche	1.053.000,00	625.240,81	625.240,81	603.450,84	0,00	1.053.000,00
10.1.2- Pré-Escola	407.000,00	226.696,15	226.696,15	218.631,06	0,00	407.000,00
10.2- Ensino Fundamental	2.708.000,00	1.953.345,18	1.953.345,18	1.885.634,78	0,00	2.708.000,00
11- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	4.168.000,00	2.805.282,14	2.805.282,14	2.707.716,68	0,00	4.168.000,00
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA DO FUNDEB RECEBIDA NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (sem disponibilidade de caixa) (h)	
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	2.805.282,14	2.805.282,14	2.707.716,68	0,00	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.818.261,28	2.813.161,28	2.715.592,82	0,00	0,00	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas na Educação Inf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas na Educação Inf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas em Despesa de C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)		
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.986.928,25	2.805.282,14	2.805.282,14	98,83		
20- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00		
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMIT. (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)		
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	283.846,89	25.307,65	25.307,65	0,89		

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)						
	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (q)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (r)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (s)	Valor Aplicado até o 1º Quadrimestre Que Integrou o Limite Constitucional (t)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (u)	Valor Não Aplicado (v)
23- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAT - VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Agosto 2022/BIMESTRE Julho - Agosto

Page 3 of 5
RS Milhares

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)								
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS PAGAS JAN A AGO (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)			
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.017.000,00	723.883,57	581.980,28	536.543,74	0,00			
24.1- Creche	604.000,00	445.775,30	386.178,61	357.977,29	0,00			
24.2- Pré-escola	413.000,00	278.108,27	195.801,67	178.566,45	0,00			
25- ENSINO FUNDAMENTAL	2.078.500,00	1.650.485,50	1.078.882,98	967.434,67	0,00			
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	3.095.500,00	2.374.369,07	1.660.863,26	1.503.978,41	0,00			
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR				
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITAS DE IMPOSTOS) = (L14 (d ou e) + L26 (d ou e) + L23.1 (ii))								
28- (c) RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)								
29- (c) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS = (L14a)								
30- (c) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS								
31- (c) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34) (a ou e) + 1								
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))								
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR EXIGIDO (s)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (Y)		
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS				6.258.476,61	6.115.282,17	24,43		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCIAMENTO DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB				SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE				1.207.347,19	1.207.347,19	1.207.347,19	0,00	0,00
34.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos				846.894,44	846.894,44	846.894,44	0,00	0,00
34.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos				360.452,75	360.452,75	360.452,75	0,00	0,00
34.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação do União (VAAT + VAAF)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPALDE SANTAALBERTINA



PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA

R Armindo Pithalmi, 1121

45135530/0001-85

Ensino Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/08/2022

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

R\$ 1

RECEITAS DE IMPOSTOS				APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL			
	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período		Prev. Atualizada (no Exer)	Até Período (Arrec.)		
Próprios	2.754.000,00	2.138.763,56		8.051.000,00	6.258.476,61		
Transferências da União	13.130.000,00	9.463.498,76					
Transferências do Estado	16.320.000,00	13.431.644,11					
Subtotal	32.204.000,00	25.033.906,43					
Retenções ao FUNDEB	5.690.000,00	4.469.801,67					
Receitas Líquidas	26.514.000,00	20.564.104,76					

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO								
	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	8.785.500,00	27,28 %	6.803.376,49	27,17 %	6.089.870,68	24,33 %	5.933.493,35	23,69 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.017.000,00	3,16 %	706.475,68	2,82 %	564.572,39	2,26 %	519.323,65	2,07 %
ENSINO FUNDAMENTAL	2.078.500,00	6,45 %	1.627.099,14	6,50 %	1.055.496,62	4,22 %	944.368,03	3,77 %
RETENÇÃO AO FUNDEB	5.690.000,00	17,67 %	4.469.801,67	17,85 %	4.469.801,67	17,85 %	4.469.801,67	17,85 %
DEDUÇÕES								
TOTAL			12.311,12	0,05 %	17.411,12	0,07 %	114.976,58	0,46 %
ENSINO INFANTIL			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
() Ganhos de Aplicações Financeiras			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
ENSINO FUNDAMENTAL			2.028,36	0,01 %	2.028,36	0,01 %	2.028,36	0,01 %
() Ganhos de Aplicações Financeiras			2.028,36	0,01 %	2.028,36	0,01 %	2.028,36	0,01 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO NO RETORNO			10.282,76	0,04 %	15.382,76	0,06 %	112.948,22	0,45 %
DESPESAS LÍQUIDAS								
TOTAL			6.791.065,37	27,12 %	6.072.459,56	24,26 %	5.818.516,77	23,23 %
EDUCAÇÃO INFANTIL			706.475,68	2,82 %	564.572,39	2,26 %	519.323,65	2,07 %
ENSINO FUNDAMENTAL			1.625.070,78	6,49 %	1.053.468,26	4,21 %	942.339,67	3,76 %
RETENÇÃO AO FUNDEB			4.459.518,91	17,81 %	4.454.418,91	17,79 %	4.356.853,45	17,40 %

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino - (Layout de acordo com Quadro 6 - AUDESP) - Planilha - Versão 2022)


Page 1 of 2

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino - (Layout de acordo com Quadro 6 - AUDESP) - Planilha - Versão 2022)

Page 1 of 2

PREFEITURA MUNICIPALDE SANTAALBERTINA

<



PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA

R Armindo Pithalmi, 1121

45135530/0001-85

Ensino Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/08/2022

Aplicações com Recursos do FUNDEB

R\$ 1

Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020

Total da Complementação da União VAAT arrecadado

0,00

Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital

15%

Despesa Empenhada (até o Período)

Despesa Liquidada (até o Período)

Despesa Paga (até o Período)

Valor

%

Valor

%

Valor

%

Complementação da União VAAT - Despesas de Capital

0,00

0,00

0,00

Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020

Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil

50%

Despesa Empenhada (até o Período)

Despesa Liquidada (até o Período)

Despesa Paga (até o Período)

Valor

%

Valor

%

Valor

%

Complementação da União VAAT

0,00

0,00

0,00

PREFEITURA MUNICIPALDE SANTAALBERTINA

PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO/2022 A AGOSTO/2022			
LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1	
RECETA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receta Corrente líquida		40.762.860,67	
Receta Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		40.160.405,59	
Receta Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		40.160.405,59	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	
Despesa Total com Pessoal - DTP		16.960.429,59	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=		42,23	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=		54,00	
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=		51,30	
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	
Dívida Consolidada Líquida		-10.694.444,10	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		48.192.486,71	
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	
Total das Garantias Concedidas		0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		8.835.289,23	
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		VALOR	
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		6.425.664,89	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.811.228,39	

PREFEITURA MUNICIPALDE SANTAALBERTINA

PREFEITURA MUNIC DE SANTA ALBERTINA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERÍODO: Janeiro a Agosto 2022/BIMESTRE Julho - Agosto			
LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		43.000.000,00	
Previsão Atualizada		43.440.260,70	
Receitas Realizadas		34.202.609,64	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.791.985,52	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até o Bimestre	
DESPESAS			
Dotação Inicial		43.000.000,00	
Créditos Adicionais		7.361.189,92	
Dotação Atualizada		50.361.189,92	
Despesas Empenhadas		36.834.258,01	
Despesas Liquidadas		28.946.165,39	
Despesas Pagas		27.213.775,81	
Superávit Orçamentário		5.256.444,25	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		36.834.258,01	
Despesas Liquidadas		28.946.165,39	
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receta Corrente Líquida		40.762.860,67	
Receta Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		40.160.405,59	
Receta Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		40.160.405,59	
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		2.526.144,86	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		2.354.191,53	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		2.354.191,53	
Despesas Previdenciárias Pagas		2.354.191,53	
Resultado Previdenciário		171.953,33	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL			
		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o Bimestre
		(a)	(b)
Resultado Primário - Acima da Linha		3.125.250,00	4.163.922,73
Resultado Nominal - Acima da Linha		3.125.250,00	4.163.922,73
			133,23
			133,23

SAÚDE

Lei amplia leque de serviços para beneficiários dos planos de saúde

Agora as operadoras dos planos de saúde são obrigadas a cobrir os tratamentos, exames e outros procedimentos terapêuticos que não estavam na lista de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS. Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei nº 14.454, de 2022, dá fim ao chamado rol taxativo, ampliando o leque de buscas de serviços de saúde dos beneficiários dos convênios.

Antes da norma federal, a concessão de exames e tratamentos não listados ficava a critério dos planos de saúde que, em muitas situações, acabavam decididas pelo Poder Judiciário. Aprovado no Senado em agosto, o projeto de lei teve como objetivo dar mais segurança aos beneficiários dos diversos convênios médicos espalhados pelo país. É o que explica Jaqueline Corrêa, presidente do Instituto Diabetes Brasil, com mais de mil afiliados no Distrito Federal.

“A lista da ANS tem o mínimo do básico, o paciente que tem diabetes tipo 1, que faz seu tratamento com uso de bombas de insulina, essa terapia não é listada no rol da ANS”, explica. “Então a sanção do presidente foi muito importante para que as pessoas tenham mais qualidade de vida, tenham acesso ao tratamento adequado”, festeja.

Para o tratamento fora dessa lista da ANS ser coberto é preciso obedecer uma série de regras. Entre elas, eficácia científica comprovada do procedimento médico, ter recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, ou recomendação de, no mínimo, um órgão de avaliação de tecnologias em saúde, de renome internacional.



Já em vigor, a lei foi uma resposta da mobilização de associações de pacientes usuários de planos de saúde contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho deste ano, a corte decidiu que os convênios só estariam obrigados a financiar tratamentos listados nos Procedimentos e Eventos de Saúde da ANS.

O advogado especialista em direito do consumidor na área de saúde, Rafael Augusto Braga de Brito, explica que a medida é uma boa notícia para os beneficiários dos convênios. O titular dos planos deve ficar atento aos custos oferecidos pelos serviços, para exercer seus direitos não apenas no cumprimento da lei, mas também em caso de preços abusivos.

“Tem que ter cuidado com tal medida porque, por óbvio, também, isso pode gerar um aumento dos custos para o plano, e esses aumentos são repassados aos beneficiários”, observa. “Então essas medidas têm que ser tomadas com cautela para que realmente seja feito o melhor procedimento adotado e nos limites que são de fato necessários, para não gerar esse custo maior para todos”, orienta.

Os beneficiários dos planos de saúde que se sentirem lesados ou prejudicados em relação à nova medida devem recorrer aos canais de atendimento ao consumidor como o Procon ou o próprio site do consumidor, e fazer as reclamações. Em caso de urgência ou reparação de danos mediante negativa de serviços, o ideal é buscar os seus direitos contratando um advogado, segundo orientações do especialista Rafael Augusto.

Fonte: Brasil 61



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO Nº. 059/2022
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 008/2022

IVAN DE PAULA, Prefeito Municipal desta cidade de Aspásia, Estado de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições, etc.,

Pelo presente, indo devidamente assinado, faz saber, a todos quantos interessar possa que, examinando a presente licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO 008/2022 – PROCESSO Nº 059/2022** e, considerando o relatório da Comissão Permanente, assim como todo o processado, verificou que a mesma está em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e o Edital. **HOMOLOGO E ADJUDICO** nos termos do art. 43 inciso VI da mencionada Lei nº 8.666/93. Nesses termos, considerando satisfatória a proposta apresentada e classificada em primeiro lugar, com preço compatível com edital, o que satisfaz plenamente os interesses econômicos desta Prefeitura Municipal, a seguinte empresa: **A. L. CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.085.962/0001-29 com sede à Rua Holanda, nº 1780, Bairro Jardim Europa, Cep. 15.703-198, na cidade de Jales, estado de São Paulo, que objetiva **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CCI (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO) DO MUNICÍPIO DE ASPÁSIA-SP, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 102145/2022 DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TUDO DE ACORDO COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO”**, no valor de R\$ 332.037,26 (trezentos e trinta e dois mil, trinta e sete reais e vinte e seis centavos).

Convoque-se as interessadas para assinarem o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 II, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Aspásia (SP), em 23 de setembro de 2022.

IVAN DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTAALBERTINA		
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2022 A AGOSTO/2022		
LRF, art. 48 – Anexo 6		
85 1		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	40.160.405,59	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	40.160.405,59	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	40.160.405,59	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	853.888,62	2,13
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %	2.409.624,34	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %	2.289.143,12	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <= %	2.168.661,91	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
LUIZ DONIZETI BARBOSA		
Presidente		
NILTON CARLOS TONIBOLO		
Contador		
FLAVIA REGINA VELO LUCON		
Controle Interno		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: Transformação Consultoria Empresarial Ltda, CNPJ (MF) 22.235.159/0001-28

Objeto: Contratação de empresa qualificada na prestação de serviços de assessoria, suporte, orientação das equipes gestoras, monitoramento do plano Municipal junto as Unidades Escolares, objetivando as ações educacionais na rede de Ensino Fundamental/Infantil e gestão administrativa para Divisão Municipal de Educação desta Municipalidade.

Contrato 109/2022

Valor R\$ 48.000,00

Data: 26/09/2022

Vigência: 26/09/2022 até 26/07/2023

Dispensa de Licitação nº 12/2022

Processo CL/PMP 59/2022

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: Gm Network Telecomunicações Ltda Me CNPJ 19.076.472/0001-56

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de telecomunicações com fornecimento de serviço de acesso a internet por fibra óptica, por meio de Link dedicado com 200mb/s Full Duplex e fornecimento de VPN (rede virtual privada) para atender a vários setores da Administração Municipal e o Programa de inclusão digital deste Município de Pontalinda.

Contrato 110/2022

Valor Mensal R\$ 3.700,00

Data: 26/09/2022

Vigência: 26/09/2022 à 26/09/2023

Dispensa de Licitação nº 15/2022

Processo CL/PMP 60/2022

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: M & D Comercial Hospitalar Ltda, CNPJ (MF) 33.315.644/0001-28

Objeto: Aquisição de medicamentos de uso médico e hospitalares destinados a Unidade Básica de Saúde desta Municipalidade, com fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Contrato 107/2022

Valor R\$ 16.682,10 (global)

Data: 15/09/2022

Vigência: De 15/09/2022 até 15/09/2023

Pregão Eletrônico nº 007/2022

Processo CL/PMP 056/2022

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: Passos Comercial Hospitalar Eireli EPP, CNPJ (MF) 14.504.528/0001-75

Objeto: Aquisição de medicamentos de uso médico e hospitalares destinados a Unidade Básica de Saúde desta Municipalidade, com fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Contrato 106/2022

Valor R\$ 5.569,00 (global)

Data: 15/09/2022

Vigência: De 15/09/2022 até 15/09/2023

Pregão Eletrônico nº 007/2022

Processo CL/PMP 056/2022

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

10º Extrato de Aditamento de Contrato

Contratante: P. M. Pontalinda.

Contratada: Auto Posto Pontalinda Ltda.

Objeto: Aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos desta Municipalidade, com fornecimento e abastecimento de forma diária, imediata e parcelada, conforme a solicitação, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Gasolina Comum: passa de R\$ 5,11 (litro) para R\$ 4,85 (litro)

Etanol Comum: passa de R\$ 3,72 (litro) para R\$ 3,29 (litro)

Óleo Diesel S10: passa de R\$ 6,94 (litro) para R\$ 6,85 (litro)



Contrato nº 11/2022

Data: 23/09/2022

Pregão Presencial 03/2022

Processo CL/PMP 04/2022

Setor de Licitações e Contratos



EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 059/2022
TOMADA DE PREÇO: 008/2022
CONTRATO: 072/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA/SP
Endereço: Ruas Santos, nº 350 – Bairro: Centro
Cep: 15.763-000 – Aspásia-SP
CNPJ: 65.712.002/0001-59

CONTRATADA: A. L. CONSTRUTORA LTDA
Endereço: Rua Holanda, nº 1780 – Bairro: Jardim Europa
Cep: 15.703-198 – Jales - SP
CNPJ: 45.085.962/0001-29

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para Reforma e Ampliação do CCI (Centro de Convivência do Idoso) do município de Aspásia-SP, conforme termo de convênio 102145/2022 do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tudo de acordo com a planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e demais documentos em anexo.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se na data de sua assinatura estendendo-se até o dia 23 de setembro de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 332.037,26 (trezentos e trinta e dois mil, trinta e sete reais e vinte e seis centavos).

ASSINATURA: 23 de setembro de 2.022.

Aspásia, em 23 de setembro de 2.022.

IVAN DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

3º Extrato de Aditamento de Contrato

Contratante: P. M. Pontalinda.

Contratada: Acácia Comércio de Medicamentos Eireli, CNPJ 03.945.035/0001-91

Objeto: Aquisição de medicamentos de uso médico e hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde desta municipalidade, com fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Item 190: Fenobarbital 100 mg cx 200 comp – passa de R\$ 0,2086 para R\$ 0,2112: saldo do contrato 5.000 comprimidos x R\$ 0,2112=R\$ 1.056,00

Contrato nº 29/2022

Data: 20/09/2022

Pregão Eletrônico 003/2022

Processo CL/PMP 14/2022

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

9º Extrato de Aditamento de Contrato

Contratante: P. M. Pontalinda.

Contratada: Auto Posto Pontalinda Ltda.

Objeto: Aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos desta Municipalidade, com fornecimento e abastecimento de forma diária, imediata e parcelada, conforme a solicitação, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Óleo Diesel S10: passa de R\$ 6,94 (litro) para R\$ 6,85 (litro)

Contrato nº 12/2022

Data: 23/09/20225

Pregão Presencial 07/2022

Processo CL/PMP 08/2022

Setor de Licitações e Contratos